



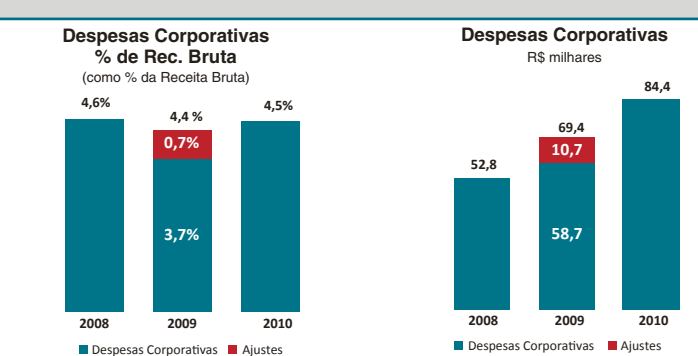
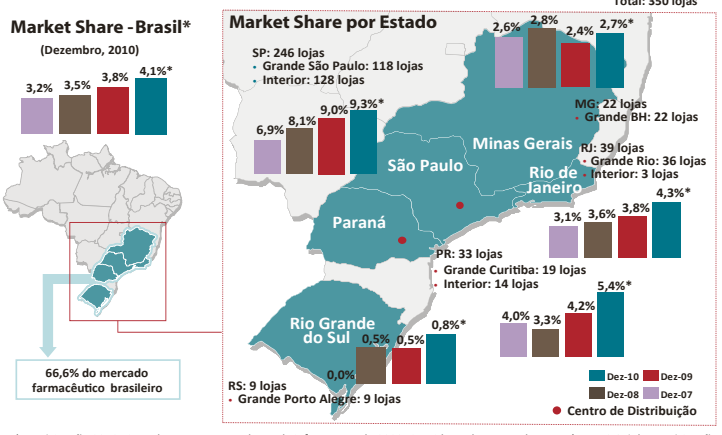
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010**

**DESTAQUES DE 2010:**

- IPO: oferta de R\$ 654,7 milhões e aumento de capital de R\$ 500,3 milhões
- Segunda maior rede do Brasil: 350 lojas, 53 aberturas em 2010
- Receita Bruta: R\$ 1,9 bilhão, crescimento de 16,7%
- EBITDA: R\$ 75,8 milhões, crescimento de 32,5%
- Lucro Líquido: R\$ 1,7 milhão
- Geração de caixa: R\$ 75,0 milhões
- Investimentos: R\$ 84,8 milhões

**CARTA AOS ACIONISTAS**

O exercício de 2010 representou um marco na história da Raia S.A. No ano em que completamos 105 anos de idade, concluímos com grande sucesso a nossa abertura de capital e ingressamos no Novo Mercado, o segmento com os padrões mais exigentes de governança corporativa da BM&FBOVESPA. Nossa oferta de ações totalizou R\$ 654,7 milhões. No preço de liquidação de R\$ 24,00 por ação, a demanda excedeu em 8 vezes o número de ações ofertadas e o lote de ações suplementar também foi exercido em sua totalidade. Os R\$ 500,3 milhões que levantamos na oferta primária, líquidos das despesas da transação, nos conferem hoje uma estrutura de capital extremamente robusta, e que nos permitirá fortalecer o nosso plano de crescimento.

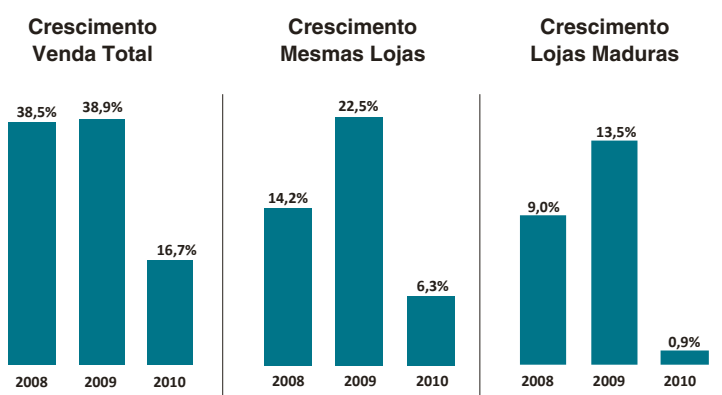


Encerramos 2010 com R\$ 1,9 bilhão de receita bruta, um crescimento de 16,7% da receita total e de 6,6% das vendas mesmas lojas sobre o ano anterior. Vale ressaltar que em 2009 havíamos tido um crescimento extraordinário de 39% para a receita bruta e de 22% para as vendas mesmas lojas, avançados pelo surto de gripe suína e pela descapitalização de concorrentes de menor porte em função da crise de crédito, que resultou em um significativo desabastecimento de mercado. Com a reversão destas tendências em 2010, nosso crescimento foi afetado pela forte base de comparação do ano anterior.

**RECEITA BRUTA DE VENDAS**

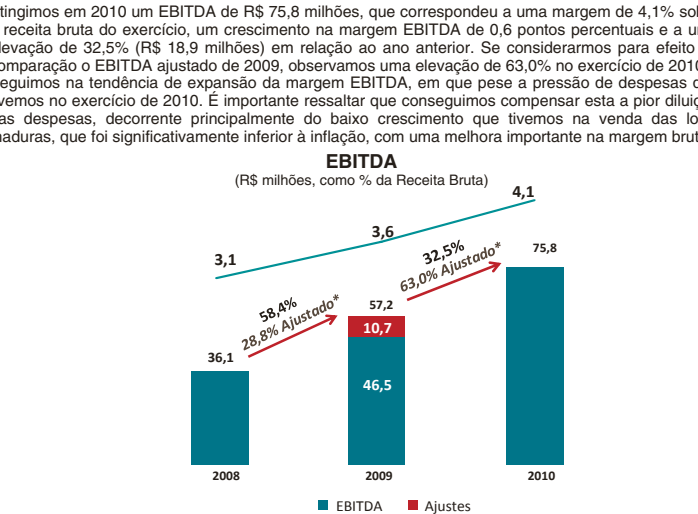
Encerramos 2010 com R\$ 1,9 bilhão de receita bruta, um crescimento de 16,7% da receita, de 6,3% das vendas mesmas lojas e de 0,9% das lojas maduras. Havíamos tido em 2009 um crescimento extraordinário de 39% para a receita bruta, de 22% para as vendas mesmas lojas e de 13,5% das lojas maduras, avançados pelo surto de gripe suína e pela descapitalização de concorrentes de menor porte em função da crise de crédito, que gerou um significativo desabastecimento no mercado. Com a reversão destas tendências em 2010, nosso crescimento foi afetado pela forte base de comparação de 2009.

Além da abertura de novas lojas, queremos também ressaltar os investimentos que fizemos em nosso novo Centro de Treinamento, em São Paulo, fundamental para a formação de nossos colaboradores e para garantir que tenhamos um banco de pessoas prontas, qualificadas e com a cultura Raia impregnada, na quantidade necessária para suprirmos a demanda de pessoas imposta pelo nosso plano de crescimento. A abertura do nosso segundo Centro de Distribuição, localizado na Grande Curitiba, e a implantação, ainda em curso, dos módulos financeiro e contábil do sistema integrado SAP, também terão papel fundamental para suportar o novo ciclo de crescimento que ora iniciamos.



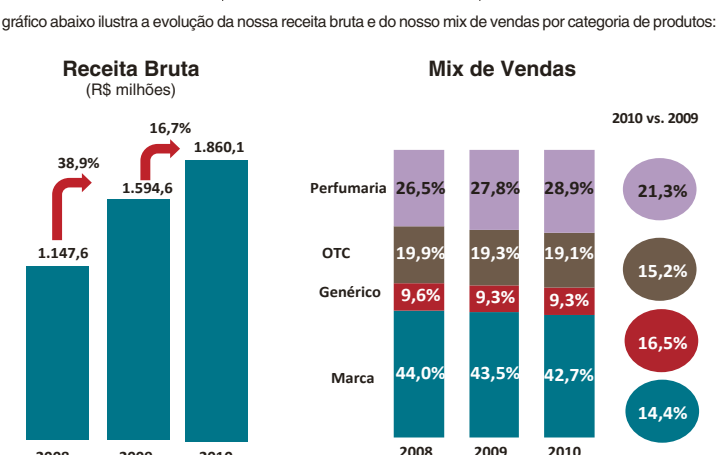
**EBITDA**

Atingimos em 2010 um EBITDA de R\$ 75,8 milhões, que correspondeu a uma margem de 4,1% sobre a receita bruta do exercício, um crescimento na margem EBITDA de 0,6 pontos percentuais e a uma elevação de 32,5% (R\$ 18,9 milhões) em relação ao ano anterior. Se considerarmos para efeito de comparação o EBITDA ajustado de 2009, observamos uma elevação de 63,0% no exercício de 2010. Seguimos na tendência de expansão da margem EBITDA, em que pese a pressão de despesas que tivemos no exercício de 2010. É importante ressaltar que conseguimos compensar esta a pior diluição das despesas, decorrente principalmente do baixo crescimento que tivemos na venda das lojas maduras, que foi significativamente inferior à inflação, com uma melhora importante na margem bruta.



**ABERTURA DE CAPITAL**

Em 16 de dezembro de 2010 concluímos a nossa oferta pública inicial de ações (IPO). A oferta totalizou R\$ 654,7 milhões, incluindo recursos primários e secundários. O processo de *bookbuilding* resultou em um preço de R\$ 24,00 por ação, que correspondeu ao topo da faixa indicativa de precificação. A demanda total por nossas ações excedeu em 8 vezes o número de ações ofertadas.



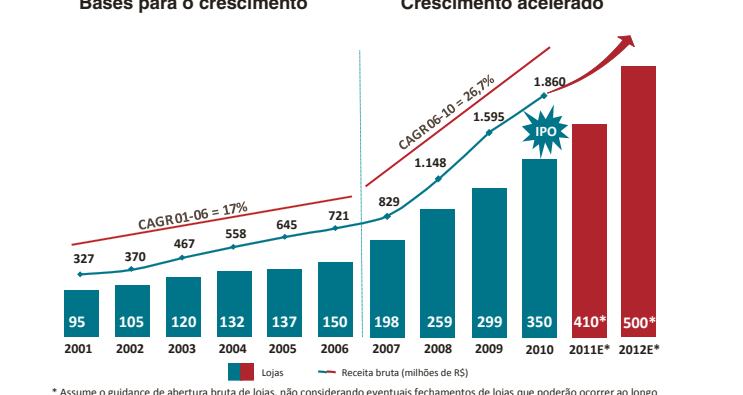
(Em milhões de R\$)	23/12/2010	13/01/2011	Total
Recursos Brutos do IPO	569,3	85,4	654,7
Oferta Secundária Bruta	87,0	52,1	129,0
Oferta Primária Bruta (Raia)	502,3	23,3	525,7
Despesas	24,5	0,9	25,4
Fees dos Bancos	19,1	0,9	20,0
Despesas da Transação <sup>(1)</sup>	5,4		5,4
Recursos Líquidos (Raia)	477,8	22,4	500,3

Os R\$ 500,3 milhões líquidos que levantamos na oferta primária nos conferem hoje uma estrutura de capital extremamente robusta, e que nos permitirá fortalecer o nosso plano de crescimento. Entre 2007 e 2010, nós abrimos mais de 200 novas lojas sobre a base inicial de 150 lojas com que encerramos 2006, um crescimento sem precedentes em nosso setor. Grande parte deste crescimento foi financiado com recursos de terceiros, o que, em diversas ocasiões, acabou limitando o nosso crescimento. Para 2011 e 2012, temos um *guidance* de abertura bruta de 60 novas lojas em 2011 e de 90 novas lojas em 2012.

Destacamos o significativo crescimento de 21,3% das nossas vendas na categoria Higiene e Beleza, que atingiu uma participação de 28,9% da nossa receita bruta em 2010. Desde 2008, esta categoria cresceu 2,3 pontos percentuais no nosso mix total de vendas como consequência do crescimento de mercado, do forte ganho de participação das redes de drogarias sobre os supermercados e da significativa evolução da execução promocional nas nossas lojas.

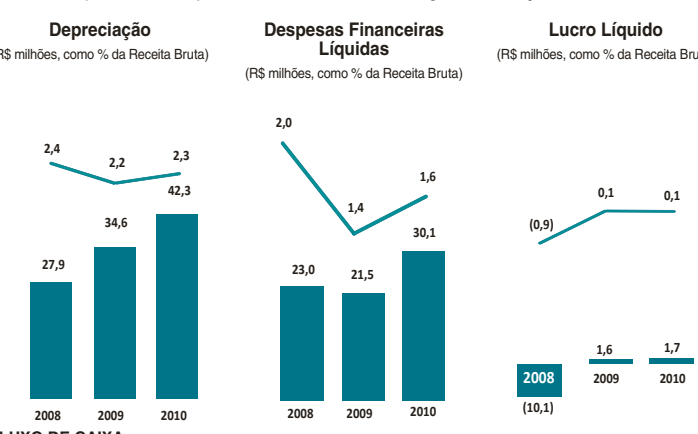
**DESPESAS FINANCEIRAS, DEPRECIACÃO E LUCRO LÍQUIDO**

As despesas financeiras líquidas atingiram o montante de R\$ 30,1 milhões em 2010, equivalente a 1,6% da receita bruta, uma elevação de 40,0%, ou de 0,2 pontos percentuais em relação ao ano de 2009. Esta elevação decorreu principalmente à elevação da taxa SELIC de 8,75% para 10,75% e do CDI de 8,2% para 11,7%, os quais referenciam o custo das nossas linhas crédito. A entrada dos recursos líquidos referente à oferta-base (R\$ 477,8 milhões) da abertura de capital ocorreu em 23 de dezembro de 2010, e se encontra integralmente refletida em nossas demonstrações financeiras. A parcela líquida referente ao lote suplementar de ações (R\$ 22,4 milhões), exercido em janeiro de 2011, será refletida nos demonstrativos de 2011. Portanto, os ganhos financeiros referentes ao saldo de caixa de R\$ 381 milhões que possuíamos em 31 de dezembro de 2010 não foram capturados de forma efetiva no exercício. Vale também ressaltar que, nos últimos dias de 2010, repagamos linhas de financiamento no total de R\$ 119,4 milhões, e mantivemos outras linhas que pelo custo, prazo ou pela existência de penalidades para o resgate antecipado, nossa Administração entendeu não justificarem o repagamento. Nossa despesa de depreciação em 2010 totalizou R\$ 42,3 milhões, que equivaleram a 2,3% da receita bruta, um crescimento de 22,2% e de 0,1 pontos percentuais em relação ao ano de 2009. Esta elevação foi decorrente principalmente dos investimentos realizados na expansão da rede, abertura do CD do Paraná e na manutenção das lojas existentes.

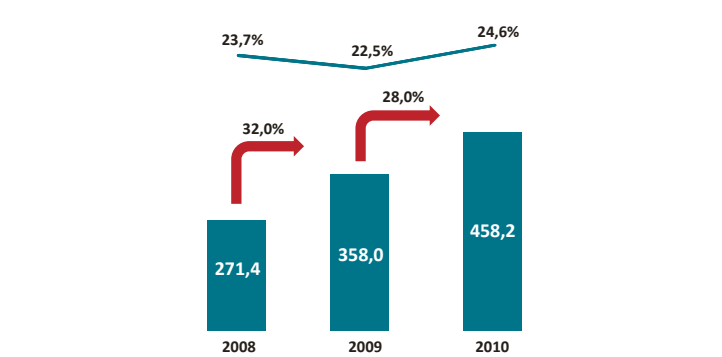


**LUCRO BRUTO**

Encerramos 2010 com margem bruta de 24,6%, que representou um incremento de 2,1 pontos percentuais em relação ao ano de 2009. O lucro bruto do exercício aumentou em 28,0% sobre o ano anterior.

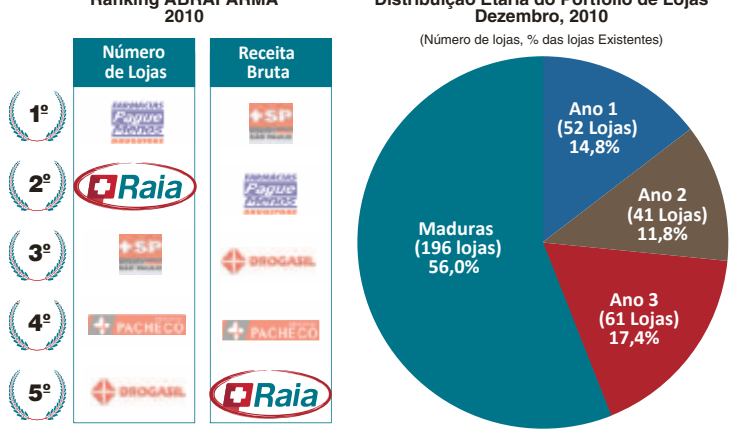


Como consequência deste crescimento, nos tornamos em 2010 a segunda maior rede de drogarias do Brasil em número de lojas, segundo o ranking da ABRAFARMA (Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias), e permanecemos na quinta posição no tocante à receita bruta de vendas. Vale destacar que, ao final de 2010, 44% das lojas que possuíamos em operação ainda não haviam completado o processo de maturação, pelo fato de possuírem menos de três anos em funcionamento.



**FLUXO DE CAIXA**

Tivemos em 2010 um sólido fluxo de caixa operacional. Geramos R\$ 75,0 milhões de fluxo de caixa operacional, que financiou grande parte dos investimentos, que totalizaram R\$ 84,8 milhões em 2010. Nossas operações geraram R\$ 48,7 milhões, que se somaram a uma redução do capital de giro de R\$ 26,3 milhões. Vale ressaltar que tivemos em R\$ 30,1 milhões de despesas financeiras líquidas, refletidas nos recursos das operações, e uma recuperação pontual de impostos de R\$ 37,3 milhões que haviam sido acumulados entre 2008 e 2009.



Em 2009, havíamos tido redução de margem bruta sobre 2008 em função da crise de crédito, uma vez que diversos fornecedores promoveram significativa redução dos nossos descontos de compras no primeiro trimestre do ano, que só foram repassadas aos nossos preços ao longo do segundo trimestre. Em 2010, com o arrefecimento desta, fomos melhorando progressivamente as nossas condições de compra e incrementando a negociação de receitas promocionais junto aos nossos fornecedores, o que permitiu este significativo incremento na margem bruta.

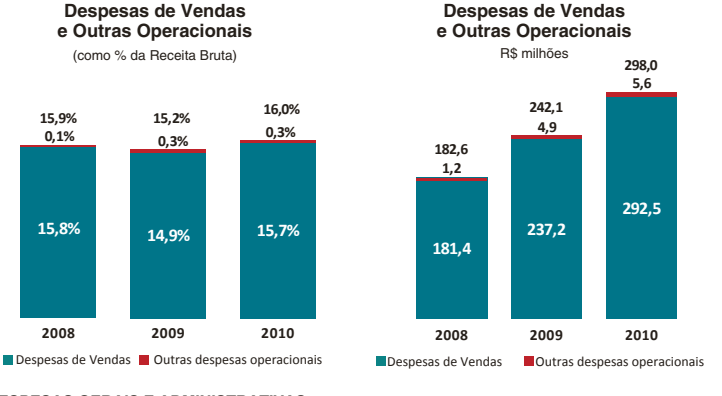
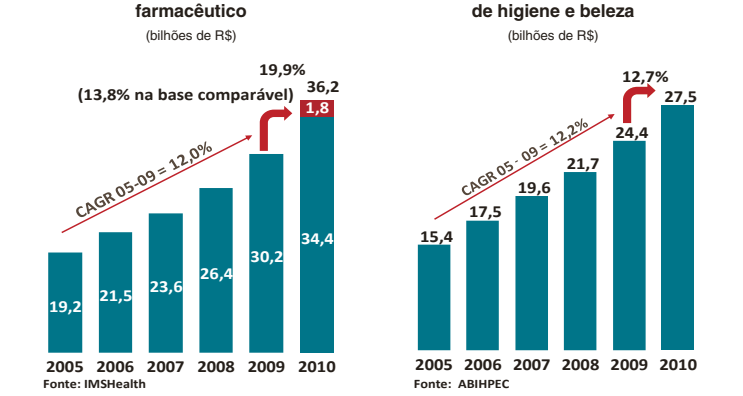
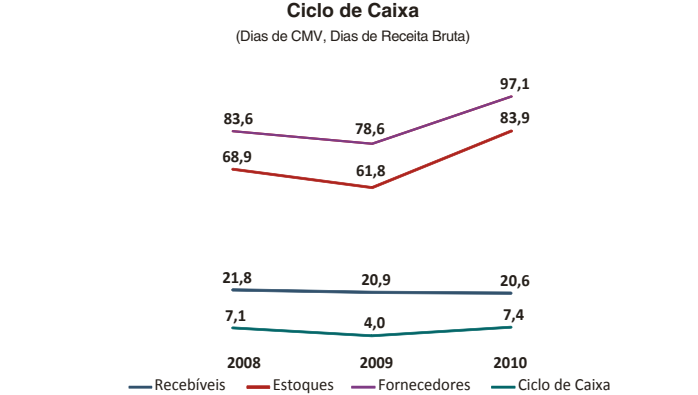
Fluxo de Caixa (R\$ milhões)	2008	2009	2010
LAIR	(14,8)	1,0	3,4
(+) Depreciação	27,9	34,6	42,3
(-) Outros Ajustes	(2,7)	6,1	3,0
Recursos das Operações	10,4	41,7	48,7
Capital de Giro	(37,9)	1,7	(11,0)
Impostos a Recuperar	(11,6)	(37,9)	37,3
Operações	(39,1)	5,6	75,0
Investimentos	(83,7)	(55,3)	(84,8)
Fluxo de Caixa Total	(122,8)	(49,8)	(9,8)

**EVOLUÇÃO DO MERCADO**

Em 2010 o mercado farmacêutico e o mercado de produtos de higiene e beleza do Brasil seguiram apresentando taxas robustas de crescimento, conforme os gráficos abaixo.

**DESPESAS COM VENDAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

Em 2010 as despesas com vendas totalizaram R\$ 292,5 milhões, representando 15,7% da receita bruta. Tivemos elevação de 0,8 ponto percentual sobre 2009, o que nos fez retornar a um patamar de diluição similar ao observado em 2008.



**MERCADO DE CAPITALIS**

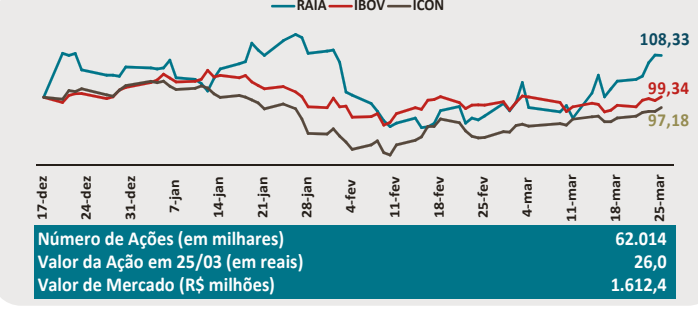
Em 25 de março de 2011 a cotação da ação RAI3 fechou em R\$ 26,0. Tivemos uma valorização de 8,3% sobre o preço do IPO, superando a performance dos índices IBOVESPA e ICON (que inclui empresas de consumo listadas na BOVESPA).

**EXPANSÃO DA REDE**

Em 2010, em total de 53 lojas e fechamos duas. Encerramos o exercício com 350 lojas nos cinco principais estados do País, que juntos representaram 67% do mercado farmacêutico. Isto representou um incremento na nossa base de lojas de 17% no ano.

**DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

No exercício de 2010 as despesas gerais e administrativas, não incluindo a depreciação, totalizaram R\$ 84,4 milhões, e passaram a representar 4,5% da receita bruta, uma elevação de 0,8 ponto percentual ou de R\$ 25,7 milhões em relação às despesas incorridas em 2009.



Segundo a ABIHPEC, o mercado brasileiro de produtos de higiene e beleza atingiu R\$ 27,5 bilhões de faturamento a preços ex-fábrica, o que representou um crescimento de 12,7% sobre o ano de 2009.

Importante mencionar que em 2009 obtivemos ganhos não recorrentes de R\$ 8,5 milhões na recuperação de créditos retroativos de PIS e COFINS sobre insumos adquiridos de 2004 a 2008, bem como uma reversão de R\$ 2,2 milhões na provisão para contingências em função de mudança do critério de provisionamento das contingências trabalhistas e civis.

Instituição	Analista Responsável	Recomendação	Preço Alvo	EBITDA (2011)
Banif	Franco Abelardo	BUY	34,4	101,0
BB Investimentos	Mariana Waltz	BUY	33,1	107,0
Credit Suisse	Marcel Moraes	Outperform	35,0	105,0
Itaú BBA	Juliana Rozenbaum	Outperform	35,4	105,0
Raymond James	Guilherme Assis	Outperform	32,0	104,0
Média			34,0	104,4

## Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro - Em milhares de reais			Passivo e patrimônio líquido		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	380.875	23.043	17.068	Fornecedores (Nota 17)	355.008	253.430
Aplicações financeiras restritas (Nota 7)			36.158	Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	27.368	54.333
Contas a receber de clientes (Nota 8)	105.097	91.254	68.655	Salários e encargos sociais (Nota 19)	41.807	26.409
Estoques (Nota 9)	306.912	199.104	154.832	Impostos, taxas e contribuições	7.618	6.010
Impostos a recuperar (Nota 10)	18.478	44.462	18.361	Programa de recuperação fiscal (Nota 20)	1.033	929
Demais contas a receber (Nota 11)	38.156	22.248	17.850	Demais contas a pagar	17.581	8.796
	<u>849.518</u>	<u>380.111</u>	<u>312.924</u>		<u>450.415</u>	<u>349.907</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	67.457	150.624
Despesas judiciais (Nota 21)	2.408	1.091	964	Programa de recuperação fiscal (Nota 20)	7.145	7.378
Aplicações financeiras restritas (Nota 7)		2.065	1.876	Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 21)	4.181	3.324
Partes relacionadas (Nota 13)	153	203	595	Demais contas a pagar	1.032	2.696
Impostos a recuperar (Nota 10)		11.290			<u>79.815</u>	<u>164.022</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	52.416	45.756	14.432			
Demais contas a receber	416	946	1.088			
	<u>55.393</u>	<u>61.651</u>	<u>18.955</u>	<b>Patrimônio líquido (Nota 22)</b>		
Investimento (Nota 14)			3.256	Capital social	548.606	46.280
Imobilizado (Nota 15)	161.654	125.849	105.747	Gastos com emissão de ações	(16.175)	37.666
Intangível (Nota 16)	20.791	25.496	22.115	Reservas de capital	37.666	37.666
	<u>247.778</u>	<u>211.995</u>	<u>201.422</u>	Prejuízos acumulados	(9.281)	(4.769)
	<u>1.097.296</u>	<u>593.106</u>	<u>463.036</u>		<u>567.066</u>	<u>463.036</u>
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.097.296</u>	<u>593.106</u>

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

Em 1º de janeiro de 2009	Capital social		Gastos com emissão de ações	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
	social	emissão de ações	de capital	acumulados	Total	
Prejuízo do período até 31 de agosto de 2009				45.544	(18.793)	46.807
Absorção de reservas (Nota 22(a))					(6.895)	(6.895)
Aumento de capital (Nota 22(a))	26.224		(19.320)		19.320	
Reserva específica de incorporação (Nota 1)			(26.224)			
Ajuste da reserva de ação (Nota 22(a))			36.174			36.174
Lucro líquido do período (Nota 2.24)			(5.403)			(5.403)
Lucro líquido de 1º de dezembro a 31 de dezembro de 2009			6.895	8.494		14.389
Transferência para reserva de capital (Nota 22(a))				(4.769)		(4.769)
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>46.280</b>		<b>37.666</b>	<b>79.177</b>	<b>502.326</b>	<b>502.326</b>
Subscrição do capital (Nota 22(a))	502.326					502.326
Gastos com emissão de ações (Nota 22(a))		(16.175)				(16.175)
Lucro líquido do exercício				1.738		1.738
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>548.606</b>		<b>(16.175)</b>	<b>37.666</b>	<b>1.738</b>	<b>567.066</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2010 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais:** A Raia S.A. ("Raia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, que tem por atividade o comércio varejista de medicamentos, produtos de saúde, de higiene e beleza. A Companhia teve início em 1905, quando o farmacêutico João Baptista Raia fundou a Pharmacia Raia em Araraquara, Estado de São Paulo. A Companhia contava, em 31 de dezembro de 2010, com 350 lojas em operação (2009 - 299), distribuídas pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, que são abastecidas por meio de dois Centros de Distribuição, localizados no Embu, em São Paulo e em São José dos Pinhais, no Paraná. Em 30 de setembro de 2008, foi concluída a venda de 22,17% de participação acionária para a Grappa Investimentos e Participações S.A. ("Grappa"). A admissão de novos sócios alterou a estrutura de capital da empresa de forma a balancear a relação entre dívida e patrimônio líquido e possibilitar a continuidade do plano de expansão. Em 30 de novembro de 2008, a Grappa adquiriu participação de 7,83% diretamente dos acionistas, resultando em participação acionária de 30%. Os 70% restantes permaneceram, à época, substancialmente, sob o controle de pessoas físicas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2008, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da sua empresa controladora Raia Administração e Participações S.A., cujo laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes para a data-base 31 de outubro de 2008, demonstrou acervo líquido negativo a ser incorporado, no montante de R\$ 35.010, representado substancialmente por empréstimos bancários decorrentes de assunção de dívida entre a Raia S.A. e Raia Administração e Participações S.A. O acervo líquido negativo assumido pela Companhia na incorporação foi deduzido do saldo da reserva de capital, conforme previsto no protocolo e na justificativa da incorporação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2009, foi aprovada a incorporação pela Companhia da Grappa Investimentos e Participações S.A., que em 2008 havia adquirido 30% do capital da Raia S.A. O laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes para a data-base 31 de agosto de 2009, demonstra acervo líquido a ser incorporado no montante de R\$ 36.174, estando assim representado:

Ágio pago na aquisição	106.395
Provisão para ajuste ao valor do benefício fiscal	(70.221)
	<u>36.174</u>

O acervo líquido assumido pela Companhia na incorporação foi contabilizado em contrapartida do capital social e da reserva de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, conforme previsto no protocolo e na justificativa da incorporação e aprovado pela citada Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2009. No segundo trimestre de 2010, a administração da Companhia revisou o valor do acervo líquido incorporado e apurou um ajuste de R\$ 5.403 (Nota 2.24), em meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem, nos termos do seu Regulamento de Arbitragem, pela Companhia, da sua empresa controladora Porto San Data Empreendimentos Ltda., cujo laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes para a data-base 31 de outubro de 2009, demonstra acervo líquido a ser incorporado no montante de R\$ 3.216, conforme segue:

Ativo circulante	11
Ativo não circulante	
Realizável a longo prazo (depósitos judiciais)	97
Imobilizado	3.693
Intangível	30
	<u>3.831</u>
Passivo não circulante (partes relacionadas)	(6.15)
	<u>3.216</u>

A incorporação não gerou aumento de capital, mas sim apenas a eliminação do investimento. Em 25 de outubro de 2010, a Companhia obteve registro de incorporação junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, a partir de 20 de dezembro de 2010, foi aprovada a proposta de listagem das ações da Companhia junto à Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA, bem como a adesão da Companhia ao segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob a sigla RAI3A. Mediante o Termo de Adesão ao Novo Mercado, a Companhia, os administradores e os membros do Conselho Fiscal da Companhia comprometem-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao oriunda do Regulamento de Listagem, do Contrato de Participação no Novo Mercado, das Cláusulas Compromissórias, em especial quanto à sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, nos termos do Regulamento de Arbitragem, nos termos do seu Regulamento de Arbitragem. A composição acionária atual é a seguinte: • 44,1% - em circulação; • 40,3% - acionistas controladores; • 15,6% - investidores de *private equity*. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2011. O Conselho de Administração ou outras pessoas dentro da Companhia não têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a emissão.

**2. Resumo das principais políticas contábeis - 2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxos de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. As principais operações e avaliações impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas (Nota 21), provisão para participação nos lucros e resultados (Nota 19), provisão para perdas em estoques (Nota 9) e estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12) que, no entendimento da administração da Companhia, não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nas contas garantidas. Essas contas garantidas são o próximo exercício social. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como de acordo com os padrões internacionais (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidos pelo *International Accounting Standard Board*. Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado, estão descritas na Nota 3.2. **2.2. Apresentação de informações por segmentos:** A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional, o qual é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisão. Os principais tomadores de decisões operacionais, responsáveis pela alocação de recursos e pelo desempenho dos segmentos operacionais, são o Presidente e os *Vice-presidentes*, responsáveis inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Esta rubrica inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez (em sua maioria com vencimentos originais de até três meses), que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas. Essas contas garantidas são as participações no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.5. Ativos financeiros - 2.5.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 2.5, 2.14 e 2.3). **2.5.2 Reconhecimento e mensuração:** Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5.4 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* são: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos. O *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento, quando aplicável, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de *contas a receber de clientes*. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de *contas a receber de clientes*. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de *contas a receber de clientes*. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de *contas a receber de clientes*. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de *contas a receber de clientes*. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de *contas a receber de clientes*. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de *contas a receber de clientes*. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de *contas a receber de clientes*. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de *contas a receber de clientes*. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de *contas a receber de clientes*. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de *contas a receber de clientes*. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo método original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas. **2.8 Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizable a longo prazo, atualizados monetariamente. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2010 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**3. Gestão de risco financeiro - 3.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pelo Comitê Financeiro. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

**(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações no valor de ativos e de juros, que reduzem valores nominais futuráveis que possuem valores captados no mercado. A Companhia não apresenta operações em moeda estrangeira que aumentem afetar as demonstrações financeiras. **(ii) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas ou de variação não relevante (TJLP), a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A". A utilização de limites de crédito é determinada pelo Conselho de Administração e monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas das contrapartes. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria, que investe o excedente de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratada do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados a contravalores.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Em 31 de dezembro de 2010			
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	37.922	49.563	31.034
Fornecedores (Nota 17)	355.008		
Demais contas a pagar	17.581		
<b>Total</b>	<b>410.511</b>	<b>49.563</b>	<b>31.034</b>
Em 31 de dezembro de 2009			
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	78.553	119.821	63.983
Fornecedores (Nota 17)	253.430		
Demais contas a pagar	8.796		
<b>Total</b>	<b>340.779</b>	<b>119.821</b>	<b>63.983</b>
Em 1º de janeiro de 2009			
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	111.941	38.884	57.363
Fornecedores (Nota 17)	188.055		
Demais contas a pagar	4.074		
<b>Total</b>	<b>304.070</b>	<b>38.884</b>	<b>57.363</b>

**(d) Análise de sensibilidade adicional - Requerida pela CVM:** Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Operação	Cenário provável (I)			
	Risco - 0,5%	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	1.848	2.310	2.772	2.772
Receita REFIN - SELIC	1.848	2.310	2.772	2.772
Despesa	41	51	61	61
<b>Total</b>	<b>3.737</b>	<b>4.671</b>	<b>5.503</b>	<b>5.503</b>

A Companhia não opera com operação provável o BNDES que alteram na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), à qual estão sujeitas as operações de renda e de concessão para gerar prejuízos materiais para a Companhia.

**3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. As fontes de capital utilizadas nas operações são escolhidas com base numa série de valores, entre eles custo do financiamento, prazos de carência e de pagamento e de nível de alavancagem financeira. A Companhia busca minimizar o custo do seu capital, e para atingir tal objetivo poderá, entre outras medidas, aumentar ou reduzir o montante de empréstimos e outras obrigações, alterar a sua política indicativa de pagamento de dividendos, devolver o capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim resumidos:

	2010	2009
Total dos empréstimos (Nota 18)	94.825	204.957
Menos caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(380.875)	(23.043)
Dívida líquida	(286.050)	(181.914)
Total do patrimônio líquido	567.066	79.177
<b>Total do capital</b>	<b>281.016</b>	<b>261.091</b>

**3.3. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação, desses saldos, de no máximo 60 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB (Nota 6) e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto a respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

**4. Instrumentos financeiros por categorias:**

	Empréstimos e recebíveis
Em 31 de dezembro de 2010	
Ativos, conforme balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	139.657
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	380.875
<b>Total</b>	<b>520.532</b>
Em 31 de dezembro de 2009	
Ativos, conforme balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	110.909
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	23.043
Aplicação financeira (Nota 7)	2.065
<b>Total</b>	<b>136.017</b>
Em 1º de janeiro de 2009	
Ativos, conforme balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	86.286
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	13.068
Aplicação financeira (Nota 7)	38.034
<b>Total</b>	<b>141.388</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>3.627</b>

Em 31 de dezembro de 2010

Ativos, conforme balanço patrimonial

Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)

Aplicação financeira (Nota 7)

Em 1º de janeiro de 2009

Ativos, conforme balanço patrimonial

Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)

Aplicação financeira (Nota 7)

Em 31 de dezembro de 2009

Fornecedores (Nota 17)

Empréstimos e financiamentos (Nota 18)

Demais contas a pagar

Em 1º de janeiro de 2009

Fornecedores (Nota 17)

Empréstimos e financiamentos (Nota 18)

Demais contas a pagar

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (swap, mercado e termo de opções, trocas de moedas ou indexações, entre outros).

**5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros:**

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a receber de clientes e demais contas a receber			
Grupo 1	87.631	75.525	54.219
Grupo 2	50.349	34.875	31.288
Grupo 3	1.677	509	779
<b>Total</b>	<b>139.657</b>	<b>110.909</b>	<b>86.286</b>

Contas correntes, depósitos bancários e aplicações financeiras

A

Grupo 1 - composto de valores a receber de administradoras de cartão de crédito e débito; Grupo 2 - composto de valores a receber de empresas conveniadas, receitas comerciais, cheques e outros vencidos até 90 dias ou a vencer; Grupo 3 - demais valores a receber vencidos a mais de 90 dias. **6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa	8.877	7.720	6.867
Bancos	2.438	1.827	9.084
Aplicações financeiras - CDB	369.560	13.496	1.117
Saldo conforme balanço patrimonial	380.875	23.043	17.068
Contas garantidas (Nota 18)	(28)	(25)	(28)
Saldo conforme demonstrações do fluxo de caixa	380.847	23.018	17.068

Transações que não envolveram caixa

Aquisição de ativo imobilizado a prazo

Aquisição de ativo imobilizado - arrendamento mercantil

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, cuja remuneração está vinculada substancialmente à variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**7. Aplicações financeiras restritas:** O valor de R\$ 36.158, apresentado em 1º de janeiro de 2009, refere-se a Certificados de Depósitos Bancários, os quais foram cedidos em garantia de empréstimos, cuja quitação ocorreu no mês de janeiro de 2009. O montante de R\$ 2.065 em 31 de dezembro de 2009 (1º de janeiro de 2009 - R\$ 1.876), registrado no ativo não circulante, refere-se ao termo de concessão de garantia vinculada a um dos empréstimos obtidos junto ao BNDES, a qual foi liquidada no primeiro trimestre de 2010.

**8. Contas a receber:**

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Cartão de crédito	84.833	73.351	52.500
Convênios com empresas e outros	14.853	12.471	10.869
Cheques pré-datados e em cobrança	2.613	3.258	3.567
Cartão de débito	2.798	2.174	1.719
<b>Total</b>	<b>105.097</b>	<b>91.254</b>	<b>68.655</b>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 30 dias, por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável e relevante.

**10. Impostos a recuperar:**

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	6.297	3.453	4.949
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - substituição tributária	7.699	38.890	11.593
PIS e COFINS a compensar	2.972	12.158	1.049
Outros	1.510	1.251	270
<b>Total</b>	<b>18.478</b>	<b>55.752</b>	<b>17.861</b>

Parcela do circulante

Parcela do não circulante

O ICMS a recuperar no montante de R\$ 6.297 (2009 - R\$ 3.453) em 1º de janeiro de 2009 (R\$ 4.949) refere-se, principalmente, ao crédito de ICMS apurado na transferência de produtos do centro de distribuição da Companhia, em São Paulo, para as lojas localizadas em outros Estados, cuja alíquota na transferência interestadual é inferior à alíquota de ICMS do Estado de São Paulo. O saldo de R\$ 38.890 circulante e não circulante do ICMS - substituição tributária, no montante de R\$ 7.699 (2009 - R\$ 38.890) em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 11.593, refere-se ao imposto retido antecipadamente pelo Estado de São Paulo por ocasião das aquisições dos produtos e que posteriormente foram transferidos para outros Estados. A Companhia possui autorização (através de Regime Especial) para compensação destes créditos, a qual vem sendo efetuada regularmente. O saldo de PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$ 2.972 (2009 - R\$ 12.158) e em 1º de janeiro de 2009 (R\$ 1.049), refere-se ao valor atualizado de créditos de insumos do período de agosto de 2004 a março de 2009, proporcionais à receita obtida com a revenda de produtos monofásicos e outros insumos, que até a edição da Medida Provisória nº 451 publicada em 15 de dezembro de 2008, a administração da Companhia entendia como não sujeito a aproveitamento. Referido crédito foi contabilizado em 2009 nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Resultado financeiro", pelos montantes de R\$ 11.768 e R\$ 2.916, referentes ao valor histórico dos tributos e à sua atualização monetária, respectivamente. Em 2009 e 2010, foram compensados PIS e COFINS no montante de R\$ 2.526 e R\$ 10.126, respectivamente.

**11. Demais contas a receber (ativo circulante):**

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Receitas comerciais	29.415	17.990	15.282
Provisão para créditos de realização duvidosa	(1.677)	(509)	(779)
Valores a receber ICMS ST	4.407	34	34
Despesas antecipadas	3.749	2.796	1.314
Outros	2.262	1.971	2.533
<b>Total</b>	<b>38.156</b>	<b>22.248</b>	<b>18.350</b>

Para as demais contas a receber, a Companhia tem como política constituir provisão para perda sobre os créditos vencidos há mais de 120 dias.

**12. Imposto de renda e contribuição social: (a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:**

	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.410	1.046
Alíquota vigente - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal	(1.159)	(356)
Itens de conciliação		
Efeitos tributários sobre exclusões adições permanentes)	(513)	909
<b>Total</b>	<b>(1.672)</b>	<b>(553)</b>

**(b) Composição do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As

**13. Partes relacionadas: (a) Saldos e transações:**

Realizável a longo prazo

Reage Casmerides - contrato de mútuo, com encargos de 3% ao ano e vencimento para maio de 2012

Conta corrente

Porto San Giorgio

Passivo circulante

Fornecedores

Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)

Rodrigo Wright Pipponzi (Estúdio Mol Design)

Demais contas a pagar

Aluguéis a pagar

Arrigo Antonio Raia - locação loja João Mendes

Antonio Carlos Pipponzi - locação loja Santo André C

Rosalia Pipponzi Raia - locação loja Santo André C

Franco Maria David Pietro Pipponzi - locação loja Santo André C

Antonio Carlos Pipponzi - locação loja São Carlos

Rosalia Pipponzi Raia - locação loja São Carlos

Franco Maria David Pietro Pipponzi - locação loja São Carlos

Jefferson Dela Santana Torres - locação loja Araraquara B

Demonstração do resultado

Despesas com vendas

Arrigo Antonio Raia - locação loja João Mendes

Antonio Carlos Pipponzi - locação loja Santo André C

Rosalia Pipponzi Raia - locação loja Santo André C

Franco Maria David Pietro Pipponzi - locação loja Santo André C

Antonio Carlos Pipponzi - locação loja São Carlos

Rosalia Pipponzi Raia - locação loja São Carlos

Franco Maria David Pietro Pipponzi - locação loja São Carlos

Jefferson Dela Santana Torres - locação loja Araraquara B

Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)

Rodrigo Wright Pipponzi (Estúdio Mol Design)

Os saldos e transações mantidos com Editora Mol Ltda. e Estúdio Mol Design referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade. Exceto para a Loja Santo André, cujo prazo é indeterminado, os demais contratos de aluguel têm prazo entre cinco e seis anos. **(b) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui o presidente e os vice-presidentes. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Honorários e encargos	5.263	4.405
Bônus aos executivos	2.620	888
Participação nos lucros - plano anual	735	1.166
<b>Total</b>	<b>8.618</b>	<b>6.459</b>

**15. Imobilizado: (a) Composição do saldo:**

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	38	59.290	22.589	3.278	20.552		105.747
Aquisição		25.482	9.819	1.250	9.023		46.535
Transferência	3.050	643					3.693
Alienação		(947)			(57)	(309)	(1.372)
Depreciação/amortização		(16.938)	(6.855)	(896)	(4.065)		(28.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.088	67.839	25.360	3.457	25.453		125.849
Custo total	3.088	125.891	60.568	7.133	36.841		234.173
Depreciação acumulada		(58.052)	(35.208)	(3.675)	(11.388)		(108.324)
Valor contábil, líquido	3.088	67.839	25.360	3.457	25.453		125.849
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.088	67.839	25.360	3.457	25.453		125.849
Aquisição		37.489	15.097	2.181	12.545		71.538
Transferência		150	40		2.972		(480)
Alienação		(190)	(114)	(149)	(27)		(570)
Depreciação/amortização		(19.582)	(8.571)	(1.324)	(5.778)		(35.253)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.088	85.706	31.812	4.165	35.167	1.716	161.654
Custo total	3.088	163.340	75.591	9.165	52.331	1.716	305.231
Depreciação acumulada		(77.634)	(43.779)	(5.000)	(17.164)		(143.577)
Valor contábil, líquido	3.088	85.706	31.812	4.165	35.167	1.716	161.654
Taxas anuais de depreciação - %		17(*)		20	10		

(\*) Taxa média calculada baseada no prazo de duração do contrato de aluguel de cada loja.

**(b) Revisão da vida útil e custo atribuído:** A Companhia finalizou, em 20 de dezembro de 2010, avaliação, por meio de laudo emitido por empresa especializada, conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09. Esta análise teve como objetivo revisar e ajustar a vida útil-econômica estimada do ativo imobilizado. O cálculo da depreciação e do custo atribuído. Como resultado desta avaliação os seguintes grupos do ativo imobilizado sofreram alteração na sua vida útil-econômica estimada: • Móveis e utensílios - de 10% para 7,4% ao ano; • Instalações - de 10% para 7,4% ao ano; • Equipamentos - de 10% para 7,1% ao ano. As novas taxas de depreciação entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia não efetuou ajuste de custo atribuído, conforme opção indicada na Interpretação Técnica ICPC 10, uma vez que não identificou necessidade de ajustes por conta da dinâmica dos negócios que demanda investimentos constantes de atualização de bens do ativo imobilizado, pelo fato do saldo do imobilizado estar representado por montante significativo de benfeitorias em propriedades de terceiros e, ainda, devido à natureza dos demais bens do ativo imobilizado. **(c) Outros informações:** Determinando ativos operacionais são arrendados por meio de contratos irrevocáveis, sujeitos a juros de, em média, 1,74% ao mês. Esses contratos têm prazo de duração entre dois e quatro anos e possuem cláusula de opção de compra, a qual já foi exercida pela Companhia. Dessa forma, esses contratos de arrendamento foram registrados nas demonstrações financeiras como compra financiada de bens, cujos saldos podem ser assim demonstrados:

	2010	2009
Custo	5.908	1.231
Depreciação acumulada	(3.836)	(520)
Líquido	2.072	711
Benfeitorias	(231)	(2)
Equipamentos	(3.116)	(108)
Instalações	222	128
Móveis e utensílios	3.205	1.815
Veículos	4.600	1.769
Direito de uso de software	125	(125)
<b>Total</b>	<b>17.896</b>	<b>(12.433)</b>

Os pagamentos futuros mínimos dos arrendamentos financeiros são os seguintes:

	2010	2009
Não superior a um ano	1.642	4.045
Entre um e cinco anos	583	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2010 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo inicial	2010	2009
Adições	8.307	8.902
Pagamentos efetuados	(929)	(1.115)
Ganho com redução multas de mora e de ofício		(1.893)
Atualização monetária	800	449
Saldo final	8.178	8.307
Parcela do circulante	(1.033)	(929)
Parcela do não circulante	7.145	7.378

**21. Provisão para contingências e obrigações legais:** A Companhia possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, cíveis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades. A administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências e obrigações legais.

	Depósitos judiciais			Passivo contingente		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Tributárias (i)	678	122		221	366	1.319
Cíveis (ii)	115	100	67	2.009	1.074	330
Trabalhistas (iii)	1.615	1.169	897	1.951	1.894	3.599
	2.408	1.391	964	4.181	3.324	5.248

(i) Tributárias: Representadas por multas administrativas diversas, diferença de alíquota em transferências interestaduais, execuções fiscais e outras; (ii) Cíveis: A Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, como pedidos de indenização por protesto indevido de títulos e de relações de consumo (produtos com defeito, venda incorreta de medicamentos, abordagem de cliente em loja sob suspeita de furto etc.). Em 31 de dezembro de 2010, o montante provisionado está representado por 89 ações (2009 - 70 e em 1º de janeiro de 2009 - 45), das quais é ré, sendo que 69 encontram-se em primeira instância e 19 em fase recursal. Dessas ações, 48 (2009 - 49 e em 1º de janeiro de 2009 - 26) são propostas perante os Juizados Especiais Cíveis, cujo teto máximo de condenação é de 40 salários mínimos, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.099/95. Quanto às demais ações, eventuais condenações em indenizações por danos morais desta natureza (relações de consumo) geralmente não ultrapassam 50 salários mínimos, conforme jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça que exerce o controle do arbitramento dos valores, de modo a não desvirtuar o instituto dos danos morais. (iii) Trabalhistas: As principais contingências são decorrentes de ações ajuizadas por ex-empregados, requerendo indenizações, em especial o pagamento de horas extras de sobrejornada e referente ao intervalo para refeição não usufruído integralmente, além de verbas previdenciárias incorporadas. Há ainda ações movidas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com a Companhia ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda algumas ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial. Em 31 de dezembro de 2010, estavam em andamento 288 ações (2009 - 216 e em 1º de janeiro de 2009 - 162). Dessas ações, 131 (2009 - 80 e em 1º de janeiro de 2009 - 67) ainda estão na 1ª instância, 111 (2009 - 96 e em 1º de janeiro de 2009 - 67) na 2ª instância, 15 (2009 - 40 e em 1º de janeiro de 2009 - 12) em fase de liquidação de sentença e 31 (2009 - 40 e 1º de janeiro de 2009 - 16) em fase de execução. A quase totalidade das ações tramita na Justiça do Trabalho. Apenas duas dessas ações são movidas perante a Justiça Cível Comum, pois foram ajuizadas por Sindicatos antes da Emenda Constitucional nº 45/2004. Essas ações estão em fase recursal, aguardando julgamento do Tribunal de Justiça do Estado. A movimentação da provisão está a seguir demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2009	5.248
Adições e atualizações monetárias	2.900
Reversões	(1.023)
Reversões em função de alteração na estimativa das contingências	(3.361)
Pagamentos	(440)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.324
Adições e atualizações monetárias	1.884
Reversões	(266)
Pagamentos	(761)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.181

**Perdas possíveis (não provisionadas)**

A Companhia está envolvida em outros processos relacionados a questões cíveis e trabalhistas, envolvendo "possível" risco de perda no montante de R\$ 1.568 (2009 - R\$ 1.515 e em 1º de janeiro de 2009 - 1.353), que correspondem a 148 processos trabalhistas e 36 cíveis (2009 - 112 e 35, e em 1º de janeiro de 2009 - 50 e 21 respectivamente).

**22. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Está representado por 61.042.763 ações (2009 - 20.056.265) ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2009, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 26.224, passando de R\$ 20.056 para R\$ 46.280. O aumento se deu através da utilização de parte da reserva de capital da Companhia, no valor total de R\$ 45.544, conforme saldo registrado no balancete de verificação levantado em 31 de agosto de 2009, após absorção dos prejuízos acumulados da Companhia, no montante de R\$ 19.320, sem emissão de novas ações, como assim permite o artigo 169, §1º da Lei nº 6.404/76. Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2009, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia em virtude da incorporação da acionista Grappa Investimentos e Participações S.A. no montante de R\$ 4,62, com emissão de 2 (duas) novas ações ordinárias em substituição aos direitos de sócios dos seus acionistas que foram extintos em razão da citada operação. Destaque-se que o saldo remanescente do valor do acervo líquido incorporado pela Companhia foi contabilizado em contrapartida da reserva de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, conforme previsto no protocolo e na justificativa da incorporação e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2009. Em face dos eventos ocorridos durante o exercício social de 2009 e acima descritos, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 46.280, representado por 20.056.265 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2010, foi aprovado o desdobramento das 20.056.265 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, de forma que cada 1 (uma) ação ordinária possuída naquela data, passe a ser representada por 2 (duas) ações ordinárias, mediante emissão e atribuição gratuita ao seu titular de 1 (uma) nova ação ordinária para cada ação possuída, de forma que o capital social, mantido o valor de R\$ 46.280, atualmente dividido em 20.056.265 ações ordinárias, passe a ser dividido em 40.112.530 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As novas ações ordinárias manterão os mesmos direitos e vantagens que as ações ordinárias anteriormente emitidas pela Companhia. Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a abertura de capital da Companhia, bem como a submissão de pedido de registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria "A", nos termos da Instrução CVM nº. 480/2009 e a adesão da Companhia ao segmento de listagem da BM&FBOVESPA do Novo Mercado de Governança Corporativa. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2010 deliberou, em função da abertura de capital, pelo aumento do capital da Companhia, que passou de R\$ 46.280 para R\$ 548.606 mediante a subscrição pública de 20.930.233 ações, determinando também a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações do lote suplementar. A Companhia realizou Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias com adesão ao Novo Mercado da BM&FBOVESPA. O procedimento de *bookbuilding* resultou em um preço por ação de R\$ 24,00, que foi ratificado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 20 de dezembro de 2010, que verificou a subscrição da totalidade das Ações emitidas pela Companhia para o aumento de capital no âmbito da Oferta e homologou o aumento do capital, que passou a ser de R\$ 548.606, dividido em 61.042.763 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Não houve ágio na emissão e subscrição das ações. A liquidação da oferta primária (recebimento dos recursos financeiros) ocorreu em 23 de dezembro de 2010. Os gastos relacionados à referida captação totalizaram R\$ 24.508 (R\$ 16.175, líquidos dos efeitos fiscais), sendo que parte significativa, R\$ 20.479, refere-se

ao pagamento de honorários e reembolso de despesas aos bancos e corretores. O restante do valor se refere, substancialmente, ao pagamento de honorários de advogados, consultores e auditores. Em 10 de janeiro de 2011, em decorrência do exercício integral da Opção de Ações Suplementares, o Conselho de Administração deliberou por novo aumento do capital, que passou de R\$ 548.606 para R\$ 571.936 por meio da emissão adicional de 972.092 ações. Em 13 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração homologou este aumento do capital social em vista da subscrição e da liquidação destas ações. Desta forma, a partir desta data, o capital social da Companhia passou a totalizar R\$ 571.936, representado por 62.014.855 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **(b) Distribuição de lucros:** O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**23. Receita líquida de vendas:**

	2010	2009
Medicamentos sujeitos à prescrição médica		
Marca	793.567	693.452
Genérico	173.309	148.778
Produtos <i>Over The Counter</i> (OTC)	354.641	307.779
Produtos de perfumaria	536.770	442.618
Outros	1.790	1.937
Receita bruta de vendas	1.860.077	1.594.564
Impostos sobre vendas	(51.718)	(46.286)
Devoluções sobre vendas	(14.466)	(14.082)
Receita líquida de vendas	1.793.893	1.534.196
Produtos OTC - incluem Medicamentos OTC (de marca e genéricos), vitaminas, produtos fitoterápicos, produtos para visão, equipamentos de saúde, produtos para primeiros socorros, produtos nutricionais e dietéticos e produtos de conveniência.		

**24. Custo das mercadorias vendidas:**

	2010	2009
Custo das mercadorias vendidas	1.440.864	1.237.297
Bonificações comerciais, líquidas dos impostos	(105.160)	(61.142)
	1.335.704	1.176.155

Conforme mencionado na Nota 32.2, em atendimento à adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez, as receitas comerciais decorrentes de exposição de produtos, ofertas e *marketing* em geral, anteriormente classificadas como outras receitas operacionais, bem como os seus respectivos efeitos tributários, anteriormente classificados como despesas com vendas, foram reclassificadas para a rubrica "Custo das mercadorias vendidas". Caso essa prática fosse adotada em 2008, o custo das mercadorias vendidas seria reduzido em R\$ 16.217, as despesas com vendas seriam reduzidas em R\$ 4.334 e as outras receitas operacionais seriam reduzidas em R\$ 20.551.

**25. Outras despesas operacionais, líquidas:** Referem-se, substancialmente, às despesas incorridas na abertura de lojas (Nota 27), bem como às perdas nas vendas de bens de ativo imobilizado e outras despesas.

**26. Resultado financeiro:**

	2010	2009
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(28.469)	(23.235)
Comissões bancárias	(1.973)	(1.502)
IOF	(1.551)	(1.424)
Variação monetária passiva	(529)	(652)
Outras despesas financeiras	(738)	(247)
	(33.260)	(27.060)

	2010	2009
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	1.254	846
Descontos obtidos	513	104
Parcela referente à variação monetária estornada do REFIS	1.611	
Variação monetária ativa - crédito PIS e COFINS	940	2.916
Outras receitas financeiras	489	55
	3.196	5.532
	(30.064)	(21.528)

**27. Despesas pré-operacionais:** As despesas pré-operacionais deixaram de ser contabilizadas no ativo diferido a partir de 2009, sendo o montante de despesas incorridas na abertura de lojas demonstrado no quadro abaixo:

	2010	2009
Despesas com pessoal	1.600	685
Despesas gerais e administrativas	2.576	2.581
Despesas com marketing	1.163	654
Despesas tributárias	59	39
	5.398	3.959

**28. Lucro por ação: (a) Básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.738	1.599
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	23.471.807	20.056.265
Lucro básico por ação - R\$	0,07	0,08

**(b) Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não mantém nenhuma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas; desta forma, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

**29. Seguros:** A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio. Considerando-se a natureza de suas atividades, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2010, cobertura de seguros contra os seguintes riscos:

Natureza	Limite máximo de indenização (ii)
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	172.000
Perda de aluguel decorrente de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	700
Danos elétricos	500
Equipamentos eletrônicos	1.000
Alagamento/inundação	300
Vidros, espelhos, mármore e anúncios luminosos	175
Tumultos, greves, <i>lock-out</i>	200
Veículos	Tabela FIPE (i)
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves, impacto de veículos terrestres e fumaça	500

(i) Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).  
(ii) Valores específicos para cada imóvel segurado.  
As apólices de seguro têm vigência de 1º de março de 2010 a 1º de março de 2011, sendo negociadas sucessivamente dentro da política de cobertura de seguros da Companhia.

**30. Compromissos:** A Companhia tem contratos de aluguel por período variável de tempo, a expectativa é de que esses contratos continuem sendo renovados, não havendo cláusula de opção de compra ou restrições a dividendos, juros sobre o capital próprio, dívida adicional e posterior arrendamento mercantil. Os contratos são reajustados anualmente com base substancialmente no IGP-M. Os gastos com aluguel anuais variam de acordo com a quantidade de lojas inauguradas. Durante o exercício de 2010, os gastos com esses contratos de aluguel foram de R\$ 50.765 (2009 - R\$ 42.064). Em 31 de dezembro de 2010, os pagamentos mínimos futuros dos alugueis de lojas estão demonstrados a seguir:

	2010
Até um ano	55.542
De um a cinco anos	134.395
Superior a cinco anos	32.284
	222.221

Adicionalmente, os contratos de seis lojas prevêm o pagamento de aluguel variável com base em percentual de 3 a 5% sobre as vendas. A Companhia não dispõe de outros compromissos de compra de longo prazo com terceiros ou com acionistas.

**31. Participação dos empregados nos lucros:** A Companhia mantém um Plano de Participação nos Resultados (PLR) que obedece a critérios previamente acordados e aprovados, permitindo a distribuição para cada empregado de valores variáveis de acordo com os cargos e funções exercidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram registrados R\$ 7.394 (2009 - R\$ 7.062), a título de participação nos lucros. A Companhia aprovou, em junho de 2009, remuneração variável a ser paga para presidente, vice-presidentes, diretores e gerentes referente à geração de EBITDA para o período compreendido de 2009 a 2011. Em 2010, o plano foi extinto, no entanto em função da abertura de capital, a Companhia decidiu pagar bônus aos executivos no valor correspondente a 2/3 desta remuneração, o qual ocorreu em 28 de fevereiro de 2011. No exercício de 2010, foi apropriado o montante de R\$ 4.209 (2009 - R\$ 1.222).

**32. Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez: 32.1. Base da transição - 32.1.1. Aplicação dos CPCs 37 e 43 e IFRS 1:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs e os IFRS. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva. **32.1.2. Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhidas pela Companhia:** (a) **Isenção do valor justo como custo presumido:** A Companhia optou por não mensurar os itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009, conforme descrito na Nota 15 (b). As demais isenções não tiveram impacto para a Companhia. **32.1.3. Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia:** A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva. **(a) Exceção das estimativas:** As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"). As exceções obrigatórias abaixo não se aplicaram: • Reversão de ativos e passivos financeiros; • Participação de não controladores. • Contabilização de *hedge*. **32.2. Conciliação entre o BR GAAP antigo e IFRS/CPC:** Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos de transição. **(a) Imobilizado - hiperinflação 1996 - 1997:** A contabilização de economia hiperinflacionária, de acordo com o BR GAAP antigo, foi aplicada em linha com o IAS 29 durante o período em que o país se enquadrava como economia hiperinflacionária, para fins locais, até 1995. Entretanto, de acordo com o IFRS, a economia brasileira ainda se enquadrava na definição de hiperinflacionária nos exercícios de 1996 e 1997. O efeito do reconhecimento desses dois períodos adicionais não foi considerado relevante. **(b) Ativo diferido:** De acordo com o BR GAAP antigo, até 31 de dezembro de 2008, os gastos pré-operacionais, formados principalmente com abertura de novas lojas, eram reconhecidos como ativo diferido e amortizados em cinco anos. De acordo com o IFRS, esses gastos devem ser lançados diretamente no resultado do exercício no período em que ocorrem. Desta forma, o saldo do diferido em 1º de janeiro de 2009 foi ajustado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Não foram identificados outros impactos na aplicação desses novos pronunciamentos contábeis, no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, como também, nos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010 e de 2009. As reconciliações dos ajustes em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2009 são a seguir apresentadas:

	De acordo com BR GAAP antigo	Gastos pré-operacionais	Imposto e contribuição social	Outros ajustes (*)	De acordo com IFRS/CPC
Ativo	469.404	(9.397)	3.195	(166)	463.036
Passivo	416.229				416.229
Patrimônio líquido	53.175	(9.397)	3.195	(166)	46.807

	De acordo com BR GAAP antigo	Gastos pré-operacionais	Imposto e contribuição social	Outros ajustes (*)	De acordo com IFRS/CPC
Ativo	597.915	(7.287)	2.478		593.106
Passivo	513.929				513.929
Patrimônio líquido	83.986	(7.287)	2.478		79.177
Lucro líquido do exercício	40	2.110	(717)	(166)	1.599

(\*) Refere-se à baixa do ativo diferido da empresa Porto San Giorgio, incorporada em novembro de 2009 (Nota 14). Adicionalmente aos ajustes acima, as seguintes reclassificações foram efetuadas pela Companhia:

• O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009, nos montantes de R\$ 1.216 e R\$ 5.848, respectivamente, foram reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante.  
• Em 31 de dezembro de 2009, as receitas comerciais decorrentes da exposição de produtos, ofertas e marketing em geral, anteriormente classificadas como outras receitas operacionais, no montante de R\$ 33.873, bem como seus respectivos efeitos tributários, anteriormente classificados como despesas com vendas, no montante de R\$ 6.232, foram reclassificadas para a rubrica "Custo das mercadorias vendidas".

	30 de setembro	30 de junho	2010 31 de março
Patrimônio líquido			
Saldo do patrimônio líquido original	85.749	84.077	81.183
Baixa do ativo diferido	(5.888)	(6.356)	(6.817)
Efeitos fiscais	2.002	2.161	2.318
Saldo do patrimônio líquido ajustado	81.863	79.882	76.684

	30 de setembro	30 de junho	2010 31 de março
Lucro (prejuízo) do trimestre	1.672	2.894	(2.803)
Amortização e baixa de gastos diferidos - reversão	468	461	470
Efeitos fiscais	(159)	(157)	(160)
Lucro (prejuízo) do trimestre ajustado	1.981	3.198	(2.493)

	30 de setembro	30 de junho	2010 31 de março
Lucro (prejuízo) do trimestre	2.439	6	(8.069)
Amortização e baixa de gastos diferidos - reversão	527	645	469
Efeitos fiscais	(179)	(219)	(159)
Lucro (prejuízo) do trimestre ajustado	2.787	432	(7.759)

As reclassificações das receitas comerciais, líquidas dos seus respectivos tributos, para a rubrica "Custo das mercadorias vendidas", nos trimestres de 2010 e de 2009, são a seguir demonstradas:

	31 de setembro	30 de junho	2010 31 de março	2009 31 de março
Receitas comerciais	12.861	11.845	9.527	9.528
Tributos incidentes	(3.168)	(2.261)	(1.903)	(1.733)
Montante líquido reclassificado	9.693	9.584	7.624	7.795
A reclassificação do imposto de renda diferido ativo, do circulante para o não circulante, em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, será pelos montantes de R\$ 8.554, R\$ 7.218 e R\$ 3.059, respectivamente.				

**Diretoria**

Antonio Carlos Pipponzi - Presidente	Jorge Casmerides - Diretor Financeiro	Fernando Varela - Diretor de Operações	Thomaz Edson Urias Miron - Controller e Contador Responsável
Eugenio de Zagottis - Diretor Comercial e Relações com Investidores	Rosângela Lutti - Diretora de Recursos Humanos	Marcello de Zagottis - Diretor de Vendas	CRC 1SP200638/O-8

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores e Acionistas

**Raia S.A.**  
Examinamos as demonstrações contábeis da Raia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e pelos controles